

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.001](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT10.001)

# A FORMAÇÃO SUPERIOR DOS ALUNOS COTISTAS DEFICIENTES VISUAIS (DV): A IMPORTÂNCIA APOIO UNIVERSITÁRIO NO PERCURSO ACADÊMICO

**Nathália Rosalino Tamy**

Mestranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - [nathaliariosalintamy@gmail.com](mailto:nathaliariosalintamy@gmail.com)

**Jackeline Barcelos Corrêa**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - [jack.barcelos1@hotmail.com](mailto:jack.barcelos1@hotmail.com)

**Amaro Sebastião de Souza Quintino**

Mestrando do Programa de Pós Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ - [amarotiao@yahoo.com.br](mailto:amarotiao@yahoo.com.br)

## RESUMO

O presente trabalho apresenta questionamentos e reflexões sobre a temática da Educação Especial no Ensino Superior, com o foco na formação do pedagogo com deficiência, no caso a Deficiência Visual (DV) e a baixa visão. O objetivo geral é atribuir maior importância de analisar o apoio oferecido no percurso da formação do referido aluno para que ele tenha uma formação plena e seus direitos das cotas assegurados pelas leis. A pesquisa se enquadra em um estudo de caso, trata-se de uma pesquisa exploratória e documental. Os autores selecionados para teorizar essa pesquisa foram: Sasaki (1997) Gomes (2001), Sá, *et al.*(2007), Azevedo (2012), Souza (2019), Costa (2020) entre outros. Metodologicamente a pesquisa vai tecer algumas considerações sobre os conceitos de igualdade na doutrina jurídica e sua aproximação com a dignidade da pessoa humana, utilizando

para tanto a pesquisa bibliográfica sob a orientação dos estudos do Gil (2012) e artigos científicos sobre o tema supracitado. Sendo assim, verifica-se que o incentivo da instituição é importante para a promoção da acessibilidade e para o uso das novas tecnologias, bem como o suporte da equipe de apoio e dos professores envolvidos na formação do mesmo. Portanto, destaca-se também a ação afirmativa como objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, para garantir a igualdade de oportunidades e compensar perdas cometidas por meio de discriminação, estigmas ao longo do tempo.

**Palavras-chave:** Inclusão, Baixa visão, Cegueira, Ações afirmativas.

## INTRODUÇÃO

**P**ara iniciar este trabalho destacou-se a ação afirmativa que garante o direito ao acesso na universidade de todos os alunos. O deficiente visual e o indivíduo com baixa visão têm os seus direitos assegurados pela lei, inclusive, o ingresso na universidade por meio das cotas, contudo, ainda necessita lutar constantemente para ter os seus direitos garantidos.

Depois de tantos anos de desigualdades ele busca a inclusão de fato, e se assegura na motivação e apoio dos alunos e professores da instituição. As pessoas com deficiências físicas ou sensoriais encontram várias dificuldades para participar da dinâmica social, na maioria das vezes em decorrência de obstáculos para a sua locomoção, acesso ao meio profissional, ao lazer e aos serviços.

O objetivo geral consiste em atribuir maior importância de analisar o apoio oferecido no percurso da formação do aluno, pois quando esse aluno chega à universidade, ele chega com muita insegurança e muitas vezes se sente discriminado.

Em seguida, a metodologia de pesquisa utilizada fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais, orientados pelos estudos do Gil (2012).

Na primeira parte buscou-se pontuar a garantia e os direitos das pessoas com deficiência no Brasil, destacando as ações afirmativas. Na segunda parte enfatizou-se a inclusão das pessoas com deficiência na universidade. Já na terceira parte pontuou-se a importância dos recursos didáticos inclusivos do aluno DV em formação e na quarta parte aborda-se o trabalho pedagógico motivacional e a práxis educativa. Logo em seguida serão apresentadas as considerações e as referências do trabalho.

Portanto, deve-se pensar além de garantir o acesso aos ambientes físicos, é preciso também mudar o tratamento concedido às pessoas com deficiência, com a superação de preconceitos e estigmas que os alunos enfrentam no seu cotidiano.

## METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada durante a realização deste trabalho, fundamenta-se sob a orientação dos estudos do Gil

(2012) e em fontes bibliográficas sob a luz de Sasaki (1997) Gomes (2001), Sá, *et al.*(2007), Azevedo (2012), Souza (2019), Costa (2020) entre outros, concomitantemente a uma análise documental no que se refere a temática que amparam a Educação Especial no Brasil.

Trata-se de um estudo de caso, com base na pesquisa exploratória. O presente capítulo vai tecer algumas considerações sobre os conceitos de igualdade na doutrina jurídica e sua aproximação com a dignidade da pessoa humana.

## REFERENCIAL TEÓRICO

### A GARANTIA E OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL

Pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, têm seus direitos e garantias assegurados por marcos legais em vigor no Brasil há mais de 30 anos. Quando se trata do direito à Educação, fica determinado que o ensino é um direito fundamental assegurado pelo poder público, a todos os cidadãos, sem que haja qualquer tipo de discriminação entre os indivíduos, todos devem ser respeitados em suas particularidades e especificidades.

As pessoas são diferentes, como diferentes são as suas culturas. As pessoas vivem de modos diferentes e as civilizações também diferem. As pessoas falam em várias línguas. As pessoas são guiadas por diversas religiões. As pessoas nascem com cores diferentes e muitas tradições influenciam a sua vida, com cores e sombras variadas. As pessoas vestem-se de modos diferentes e adaptam-se ao seu ambiente de forma diferente. As pessoas exprimem-se de formas diferentes. A música, a literatura e a arte refletem estilos diferentes. Mas, apesar dessas diferenças, todas as pessoas têm em comum um atributo simples: são seres humanos, nada mais, nada menos (ONU, 2004, 23).

É no Direito Internacional dos Direitos Humanos (DIDH) que se encontram as definições para o fenômeno da discriminação. As definições de discriminação são encontradas primeiramente, na

Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, nos termos da qual seria:

(...) qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha o propósito ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento ou gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos políticos, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo de vida pública” [art.1º].

No mesmo silogismo, Gomes (2001) assegura que:

(...) a pessoa vítima de discriminação é tratada de maneira desigual, menos favorável, seja na relação do emprego ou em qualquer outro tipo de atividade, única e exclusivamente em razão de sua raça, cor, sexo, origem ou qualquer outro fator que o diferencie da maneira dominante (GOMES, 2001, p. 20).

A educação inclusiva, com ênfase nos cotistas e deficientes visuais, tem sido tema de reflexões e estudos, provocando um crescente interesse nas pesquisas na universidade, o que tem gerado a criação de políticas públicas e ações direcionadas ao assunto, bem como, tem exigido das Instituições de Ensino Superior uma postura de adaptação diante desse novo desafio.

Munanga (2003) explica o entendimento sobre as ações afirmativas:

As ações afirmativas são entendidas como o conjunto de políticas voltadas à concretização do princípio da igualdade pela faceta material, realizadas pelo setor público, privado ou por órgãos dotados de competência, de caráter compulsório ou voluntário e temporal, a fim de promover, integrar indivíduos e grupos tradicionalmente discriminados. É formula de extrair do isolamento, da discriminação social as minorias. Dentro de um contexto geral as ações afirmativas recebem várias definições, contudo esses conceitos mantêm relação entre si. Têm-se, também, como terminologias: ações 36 positivas, discriminação positiva, políticas compensatórias, discriminação reversa, cotas, reservas vagas, “*equaloportunity policies*”, etc. (MUNANGA, 2003, p. 117).

Nesse ínterim, constata-se a importância das ações afirmativas e dos apoiadores para a inserção e permanência de alunos com deficiências nas universidades brasileiras. Para isso, é imprescindível implementar políticas de inclusão na Educação Superior, a fim de romper fronteiras pré-estabelecidas” e “faz repensar o processo de ensino/aprendizagem minimizando a discriminação (COSTA, 2020).

Gomes ainda (2001) aponta que diante da ineficiência das formas clássicas de combate à discriminação, dá-se início a um processo de mudança no conceito do instituto que passou a ser associado à ideia mais ousada de realização de igualdade de oportunidades por meio da imposição de cotas rígidas de acesso dos grupos de minorias em determinados setores do mercado de trabalho e de instituições educacionais. Ele afirma que:

(...) as Ações Afirmativas se definiam como mero “encorajamento” por parte do Estado e as pessoas com o poder decisório nas áreas públicas e privadas levassem em consideração, nas suas decisões relativas a temas sensíveis como acesso à educação e ao mercado de trabalho fatores até então tidos como formalmente irrelevantes pela grande maioria de responsáveis políticos e empresariais, quais sejam, a raça, a cor, o sexo, a origem nacional das pessoas (GOMES, 2001, p. 39).

Sendo assim, as ações afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação do presente, mas, sobretudo eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar. Infelizmente, nos dias atuais muitos estudantes ainda são discriminados e suas lutas são diárias para enfrentar todas as dificuldades encontradas no percurso de sua formação (GALDINO, 2015).

No Brasil, a Lei de Cotas<sup>1</sup>, ou seja, a Lei n.º 12.711/2012), o Programa Universidade para Todos (PROUNI)<sup>2</sup>, fazem parte do

1 “Lei de Cotas” (Lei n.º 12.711/2012), sancionada em 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm).

2 O Programa Universidade para Todos (ProUni) é uma iniciativa do governo brasileiro que oferece bolsas de estudos em faculdades particulares para estudantes de baixa renda

conjunto de políticas de ações afirmativas voltadas à Educação Superior instituídas de forma compensatória e/ou reparatória a determinados indivíduos ou grupos sociais, que estabelece oportunidades à inclusão, ingresso e permanência nas universidades públicas e privadas.

Destarte, em relação às pessoas com deficiência, mais especificamente deficiência visual, as ações afirmativas desempenham a importante função de ampliar as possibilidades de inclusão em diversos ambientes sociais, na medida em que ofertam vagas em instituições, tais como, empresas e universidades.

## A INCLUSÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA UNIVERSIDADE

O discurso em torno da inclusão de pessoas com deficiência na universidade, no trabalho e nos espaços sociais em geral, tem-se propagado rapidamente entre educadores, familiares, líderes e dirigentes políticos, nas entidades, nos meios de comunicação, na mídia, nas lutas por direitos de igualdade em prol de uma sociedade mais inclusiva. Segundo Sasaki (1997):

Uma sociedade inclusiva é aquela em que as pessoas com deficiência têm acesso a serviços, bens e ambientes. Para isso, a sociedade deve se adaptar, preparando-se para tratar as diferenças, modificando atitudes, práticas sociais e ambientes físicos (mobiliário, equipamentos, meios de transporte, espaço urbano e de prestação de serviços). Além de garantir o acesso aos ambientes físicos, é preciso também mudar o tratamento dado às pessoas com deficiência, com a superação de preconceitos e estigmas. A educação e a informação ocupam um papel central na formação de uma sociedade inclusiva (SASSAKI, 1997, p. 23).

O professor tem um papel relevante no incentivo à formação do aluno, e a motivação é tudo aquilo que impulsiona a pessoa a agir de determinada forma ou, pelo menos, que dá origem a uma

---

que ainda não tenham um diploma de nível superior. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>.

propensão a um comportamento específico, podendo este impulso à ação ser provocado por um estímulo para os alunos, fazendo valer a ideia de equidade na educação com afirma Scotti (2007):

A ideia de equidade se refere a uma concepção de distribuição justa, que respeita a igualdade de direitos. Desta forma, a distribuição dos bens em questão deve respeitar uma proporção relativa ao direito de cada um. Distribuição equitativa não é equivalente à ideia de distribuição igualitária. (SCOTTI, 2007, p. 2).

Neste sentido, de acordo com teoria da justiça como equidade, verifica-se que há uma preocupação com as políticas públicas sociais, que devem ser mais comprometidas com uma sociedade menos favorecida. É importante ressaltar que a ideia da equidade, em um contexto das políticas educacionais inclusivas nas universidades, busca tornar mais justa a permanência do estudante com deficiência por meio da promoção de benefícios e de oportunidades que garantam minimizar as desigualdades (RAWLS, 2008).

E a partir das oportunidades proporcionadas aos alunos, os mesmos já conseguem desenvolver sua autonomia, e fazem planos para o futuro pensando em alcançar outros níveis de estudos. Em algumas instituições o aluno com deficiência conta com um professor de apoio, e são inseridos os usos das novas tecnologias necessárias, o uso da Tecnologia Assistiva para a sua formação, oferecida pela universidade, participando de congressos nacionais e internacionais (COSTA, 2010).

O uso dos recursos tecnológicos na educação é apenas uma alternativa para aprimorar a memorização, a reprodução de conteúdo e, principalmente, o desenvolvimento individual de cada aluno, desenvolvendo assim suas múltiplas inteligências (GARDNER, 1995, p. 9).

Assim, o conceito de Tecnologia Assistiva (TA) conforme a Convenção dos Direitos da Pessoa com deficiência (2007) explica que:

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade,

relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (BRASIL, 2007, s.p.).

Constatou-se com esta pesquisa, que as pessoas com deficiência sofrem com a desigualdades, estigmas e preconceitos. É bem sabido, que as pessoas se posicionam contra as leis de cotas, pelo mero desconhecimento. Porém, as cotas são os primeiros passos para uma mudança efetiva nesse quadro de desigualdade. Dessa maneira, as pessoas com deficiência têm mais possibilidades de participar ativamente da sociedade, podendo exercer plenamente sua cidadania.

Portanto, o acesso implica em construir facilitadores determinantes para a permanência dos alunos com deficiência, por meio de ações implementadas pelas universidades em prol da inserção dos estudantes com a utilização dos recursos inclusivos tecnológicos proporcionando condições adequadas para a conclusão do curso escolhido pelos DVs com sucesso.

## **OS RECURSOS DIDÁTICOS INCLUSIVOS DO ALUNO DV EM FORMAÇÃO**

É considerada Deficiente Visual (DV) a pessoa que possui cegueira ou baixa visão, em virtude de causas congênitas ou hereditárias. A cegueira é uma alteração grave ou total de uma ou mais das funções elementares da visão que afeta de modo irremediável a capacidade de perceber cor, tamanho, distância, forma, posição ou movimento em um campo mais ou menos abrangente. A cegueira do aluno citado foi adquirida em decorrência de causas orgânicas que afetam a visão. “Pode ocorrer desde o nascimento (cegueira congênita), ou posteriormente (cegueira adventícia, usualmente conhecida como adquirida) em decorrência de causas orgânicas ou acidentais” (SÁ *et al.*, 2007, p. 15).

O aluno com baixa visão ocorre alteração da capacidade funcional da visão, em decorrência de fatores isolados ou associados tais como: baixa acuidade visual, e sensibilidade aos contrastes, que interferem ou que limitam a execução de tarefas e o desempenho

em geral. Conforme Sá *et al.* (2007) a diminuição da resposta visual pode dar-se em nível severo, moderado ou leve:

A baixa visão traduz-se numa redução do rol de informações que o indivíduo recebe do ambiente, restringindo a grande quantidade de dados que este oferece e que são importantes para a construção do conhecimento sobre o mundo exterior. Em outras palavras, o indivíduo pode ter um conhecimento restrito do que o rodeia (SÁ *et al.* 2007, p. 17).

Para a construção do conhecimento do mundo exterior, as pessoas cegas conseguem aprendizagem por meio dos sentidos remanescentes (audição, tato, olfato, paladar) e também da leitura e escrita do Sistema Braille.

Destaca-se aqui nesta pesquisa, os sentidos do tato e da audição que no contexto da aprendizagem devem ser estimulados pelo professor, através da apresentação de objetos para que o aluno possa tocar as diferentes formas, tamanhos, pesos, bem como sentir o quente, o frio, o áspero ou o macio. Essas sensações detectadas pelo indivíduo são interpretadas pelo cérebro e constituem fontes valiosas de informação (SÁ *et al.*, 2007).

Quando a deficiência visual é detectada precocemente pelo professor, o processo de aprendizagem é construído com mais eficiência, visto que se estabelece uma relação de confiança entre todas as partes envolvidas no processo, e poderá ser desenvolvida diferentes competências/habilidades, em busca de resultados mais satisfatórios. Após ser identificado o grau de deficiência (baixa visão ou cegueira), o professor irá definir os recursos pedagógicos a serem utilizados em cada caso específico.

Segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC), para atender a essas diferenças, os recursos pedagógicos e de acessibilidade colaboram para que pessoas com deficiência participem ativamente do processo de aprendizagem dos recursos didáticos:

Os recursos podem ser considerados ajudas, apoio e também meios utilizados para alcançar um determinado objetivo; são ações, práticas educacionais ou material didático projetado para propiciar a participação autônoma do aluno com deficiência no seu percurso escolar (BRASIL, 2009, s.p.).

Existem uma gama de recursos para facilitar a comunicação, e o aprendizado dos Deficientes Visuais, que contém desde objetos feitos artesanalmente até uso de *softwares*<sup>3</sup> específicos, que o professor deverá recorrer para desenvolver seu trabalho pedagógico.

É imprescindível que se busque uma melhoria da percepção de que é importante e positivo para a Educação trabalhar com a inclusão na universidade com as diversas linguagens presentes no cotidiano do aluno e na cultura humana.

Sendo assim, é percebido que nos dias atuais os avanços sociais, pedagógicos e tecnológicos, por uma sociedade inclusiva no Brasil, vêm sendo mais valorizada, contando com salas de recursos, atendimentos diferenciados, métodos tecnológicos como computadores adaptados, sintetizadores de fala, programas e aplicativos, dentre outros diversos modelos tecnológicos.

Há uma necessidade constante de contextualização dos recursos pedagógicos e reflexão da prática docente inclusiva, de forma que algumas atitudes poderão influenciar nos educandos, atribuindo maior importância de analisar as estratégias pedagógicas para a formação do aluno especial e apresentar uma discussão, acerca do uso das tecnologias educacionais como ferramenta didática no processo de ensino/aprendizagem. O referido aluno também faz o uso do DOSVOX com frequência.

Entre os diversos recursos computacionais existentes para serem utilizados na educação dos Portadores de Necessidades Educativas Especiais (PNEE), destaca-se o DOSVOX para trabalhar com deficientes visuais (DVs), como ferramenta facilitadora do processo ensino-aprendizagem.

Os DVs apresentam os mesmos problemas dos videntes no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem, o que os diferencia é sua necessidade básica, ou seja, limitação perceptiva (deficiência sensorial). Assim desenvolve seu conhecimento de mundo por meio dos sentidos remanescentes principalmente pelo tato e audição,

---

3 Software é uma coleção de dados ou instruções que informam a um mecanismo como trabalhar. Ele, nada mais é do que um programa que você acessa no celular, tablet, PC, ou qualquer outro dispositivo eletrônico. Um dos primeiros relatos de um software desenvolvido foi registrado no século XIX.

o que cria barreiras no processo de comunicação e consequentemente, atraso na leitura e escrita.

Na literatura consultada é ressaltado que para entrar no universo do “ler e escrever” os DVs são ensinados através do Sistema Braille, que é um sistema de leitura e escrita tátil onde o conhecimento é adquirido através da ponta dos dedos.

Os alunos desenvolvem a escrita, a leitura e o processo de comunicação, mas só é eficaz se for utilizado desde a infância, na família. Fato que não acontece, pois esses alunos só têm contato com a leitura e escrita no período escolar, com isso a maioria deles têm atrasos no processo de alfabetização.

A tecnologia de computação tornou possível romper as barreiras existentes para alfabetização e comunicação dos DVs. Visto que ao longo dos tempos a educação destes ficava restrita ao aprendizado por meio do Sistema Braille, o que por um lado deu um grande salto na sua educação, por outro, restringiu a comunicação somente entre pessoas DVs, pois na grande maioria dos casos, nem a família, nem os professores que o DV encontrava no decorrer da vida escolar, não sabiam o Braille e nem estavam preparados para trabalhar com os recursos necessários para a comunicação escrita com o os alunos.

## O TRABALHO PEDAGÓGICO MOTIVACIONAL E A PRÁXIS EDUCATIVA

A universidade deve oferecer apoio pedagógico para o aluno, de maneira individual e contar com apoio técnico para dar suporte aos materiais pedagógicos inclusivos, além do apoio de toda a turma para que ele se sinta pertencido, e obter melhor rendimento em suas produções acadêmicas e científicas em uma ação colaborativa.

Tais objetivos evidenciam a significação do trabalho pedagógico, na perspectiva de valorizar o trabalho acadêmico e pedagógico cotidiano desses alunos, sem perder de vista a função social e de inclusão dos mesmos.

A educação deve ter como parte integrante essencial de seu trabalho a *práxis* educativa, e deverá se pautar numa intencionalidade de humanização, de orientação, de leituras dessa prática, dando condições dos alunos DVs em se auto-transformarem, ao

mesmo tempo em que tais práticas vão se transformando e adequando-se às novas condições percebidas.

A Educação na figura do professor e dos demais profissionais que compõem a área pedagógica, se constitui como parte integrante da sociedade, sendo assim, tem um função e uma relevância social que vão além dos muros da escola e da sala de aula: deve preparar o educando para a vida em sociedade. Por isso, deve estabelecer recursos e serviços que proporcionem conhecimentos de qualidade, conhecimentos que possam ser utilizados em situações reais e concretas do cotidiano, como estabelecer conversas, resolver problemas, trabalhar, dentre outras, para que, ao deixarem a escola, o educandos possam interagir ativamente e transformar o meio social em que vive.

Faz-se necessário ter em mente que, que a motivação por meio dos recursos didáticos inclusivos, pode ser utilizada como uma grande ferramenta nas relações Inter e intrapessoal, agindo de forma decidida e significativa nos processos de desenvolvimento psicológico, social e familiar, ajudá-la a superar eventuais dificuldades, recuperar possíveis defasagens cognitivas e auxiliá-la a ativar áreas potenciais imediatas de crescimento e desenvolvimento.

Neste sentido, os estudos do sociólogo Bernard Charlot que propõe uma “Sociologia do sujeito”, entendendo que:

(...) o sujeito da educação tem necessidade de aprender, é um ser humano portador de desejos e movido por eles; um ser social, inscrito em relações sociais, e um ser singular, com sua história própria, sua singularidade, que age, interpreta e atribui sentido ao mundo. É, portanto, um “sujeito, ligado ao outro, desejando, partilhando um mundo com outros sujeitos e com eles transformando esse mundo” (CHARLOT, 2000, p. 49).

Para o autor retromencionado, a questão do aprender é mais ampla do que a do saber, pois significa não apenas adquirir um conteúdo intelectual, mas apropriar-se do mundo, atuar e manter múltiplas relações com este mundo. Os saberes escolares, curriculares, experienciais são constituintes da história do sujeito. Toda relação com o saber constrói-se na relação consigo próprio, com o outro, com o mundo.

A relação com o saber, também, implica o conceito de desejo:

Não há relação com o saber, senão a de um sujeito; e só há sujeito “desejante”. Cuidado, porém: esse desejo é desejo do outro, desejo do mundo, desejo de si próprio; e o desejo de saber (ou de aprender) não é senão uma de suas formas, que advém quando o sujeito experimentou o prazer de aprender e saber. (...) Mesmo sendo a estrutura fundamental do sujeito, o desejo ainda é o “desejo de” é esse “de” remete a uma alteridade que tem uma forma social, quer se trate do outro como pessoa, quer como objeto do desejo (CHARLOT, 2000, p. 47 - 53).

Logo, é assim que o aluno DV vai construindo os seus saberes, ampliando as suas capacidades cognitivas e realizando seus sonhos e seus desejos se sentindo pertencido de fato; e os professores vão acompanhando a sua formação, registrando seu progresso e sucesso durante a formação universitária.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

O sentido da inclusão do aluno na universidade abrange conceitos como respeito mútuo, compreensão, apoio e autonomia; não é uma tendência, um processo ou um conjunto de procedimentos educacionais passageiros a serem implantados. Ao contrário, a inclusão é um valor social que, de forma desejável, e estrategicamente pensada, torna-se um desafio no sentido de incluir alunos com necessidades educacionais especiais na rede estadual de Educação Superior.

Souza (2013) aponta que:

Além de recursos e ferramentas para as pessoas com deficiência, a sociedade precisa se atentar à questão da reabilitação dessas pessoas, também com a intenção de inseri-las no mercado de trabalho. Essas atividades de reabilitação e estimulação levaram, posteriormente, às primeiras ações de ensino para pessoas com deficiência (SOUZA, 2013, p. 24).

A partir do reflexo positivo das experiências dos alunos com DV, na utilização das tecnologias da informação e comunicação em instituições ou classes de educação especial, percebeu-se o quanto a tecnologia pode ser útil, abrangendo desde as possibilidades de

inclusão, sem contar outro aspecto relevante constatado nesse estudo foi o benefício da inclusão para a minimização do preconceito e para o respeito às diferenças. O aluno faz o uso do Braille e do DOSVOX na maioria dos seus trabalhos universitários com êxito.

Trata-se, portanto, de propor ações colaborativas e medidas que visem assegurar os direitos conquistados ao longo do tempo, a melhoria da qualidade da Educação Especial, o investimento em uma ampla formação dos educadores, a remoção de barreiras físicas, científicas e atitudinais, a previsão e provisão de recursos materiais, tecnológicos e humanos entre outras possibilidades que destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008):

(...) se efetiva por meio de ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Estas ações envolvem o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos, que devem ser disponibilizados nos processos seletivos e no desenvolvimento de todas as atividades que envolvam o ensino, a pesquisa e a extensão (BRASIL, 2008, p. 11).

Nos dias atuais, percebe-se um interesse maior pela e inclusão social, de um público que sofreu arduamente com discriminações e preconceitos, e busca a garantia dos seus direitos perante a sociedade, promovendo o desenvolvimento social, sem se esquecer de suas potencialidades e peculiaridades.

É de suma importância que o professor formador se prepare para atuar, compreendendo todos os mecanismos inclusivos de aprendizagem dos alunos e buscar estimular o desenvolvimento, de forma a despertar a manifestação das habilidades e competências dos alunos. A esse respeito disso o teórico acrescenta:

Frente a esse novo paradigma educativo, a escola deve ser definida como uma instituição social que tem por obrigação atender todas as crianças, sem exceção. A escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Portanto, deve manter as suas portas

abertas às pessoas com necessidades educativas especiais (GOFFREDO, 1999, p. 31).

Preti (2002) ressalta que:

As teorias da aprendizagem visam explicar o processo de aprendizagem pelos indivíduos, cada uma mostrando um pensar e agir diferenciado, porém todas com a mesma essência, e se adequando ao sistema educacional que sofrem transformações para se adequar melhor o perfil dos alunos em foco da série são as visões construtivistas e sócias interacionistas da aprendizagem (PRETTI, 2002, p. 8).

As literaturas consultadas indicam que as barreiras estão presentes e são percebidas de modo distintos, a depender do tipo de deficiência de cada pessoa; os achados sugerem que as políticas inclusivas deverão ser repensadas, institucionalizadas e implementadas pelas políticas públicas, em prol de contemplar a todos, uma vez que em um ambiente inclusivo não há espaço para distinção e segregação de qualquer natureza.

O estudo demonstrou que há necessidade do rompimento com o paradigma da exclusão, visando à promoção da acesso no Ensino Superior, propondo ações em parcerias com sua rede colaborativa, e conseqüentemente, avançando no que tange o desafio de reduzir as barreiras ou obstáculos que venham dificultar a inclusão e permanência dos alunos DVs na universidade.

Portanto, sem o apoio das instâncias superiores e sem o compromisso com as práticas verdadeiramente inclusivas por todos os membros da comunidade acadêmica os alunos jamais se sentirão pertencidos ou/e incluídos de fato.

## CONSIDERAÇÕES

O Estado tem o dever contribuir para superar o problema da exclusão social das pessoas com deficiência, formulando e implantando políticas sociais específicas, fazendo com que a sociedade caminhe em direção à inclusão. É importante que as pessoas com deficiência tenham acesso a serviços, bens e ambientes preservando os seus direitos conquistados.

Considera-se que as cotas, manifestadas nas políticas de ações afirmativas, cada vez mais configuram-se como um importante mecanismo para garantia e efetivação dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência, além de proporcionar maior inclusão e participação na sociedade.

Assim sendo, é fundamental que as cotas sejam ampliadas, para que alcancem um número maior de pessoas beneficiadas. Também é relevante haver mais informações acerca das políticas de ações afirmativas, estas também carecem de ser mais democráticas em seus processos seletivos, para que mais pessoas tenham entendimento e consigam acessá-las.

Para isso, a universidade e a sociedade em geral, devem se adaptar, preparando-se para tratar as diferenças, modificando atitudes e também preparando os ambientes físicos (mobiliário, equipamentos, acesso às novas tecnologias, espaço urbano e de prestação de serviços) bem como os espaços humanizadores de trocas e parcerias para motivar os alunos DVs.

Percebe-se atualmente que o tema inclusão tem sido abordado de maneira recorrente nas escolas e universidades, mas já é sabido que para trabalhar com os deficientes visuais, requer conhecimentos específicos por parte dos professores no que tange ao público retromencionado.

Destarte, se faz necessário um movimento de resistências, união e lutas constantes, para que todos tenham oportunidades e motivação suficiente para a formação nos Cursos Superiores no Brasil.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. C. A. de. Políticas de acesso para discentes com deficiência visual no Ensino Superior: um estudo de caso. 167f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BRASIL. **Legislação Brasileira sobre pessoas com deficiência**. 7 ed. Brasília: Câmara dos deputados, 2017. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2521> Acesso em 25 maio 2022.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Grupo de Trabalho da Política Nacional de Educação Especial, Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. *In*: **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 01 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**. Estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

COSTA, L. R. F. da. Entre chegar e permanecer: a importância dos apoiadores de alunos com deficiência na Universidade Federal da Paraíba. 2020. 114f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18199/1/LuanaRanielleFerreiraDaCosta\\_Dissert.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18199/1/LuanaRanielleFerreiraDaCosta_Dissert.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Docente**. Paz e Terra, São Paulo, 2008.

GALDINO, I. L. A. S. As políticas de inclusão e as contribuições dos elementos sociais e educacionais marcantes para o acesso de alunos com deficiência na UFPB. 2015. 128 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

GALVÃO FILHO, T. A. Tecnologia Assistiva para uma Escola Inclusiva: Apropriação, Demandas e Perspectivas. 2009. 343f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

GARDNER, H. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Tradução de M. A. V. Veronese. Porto Alegre: ArtMed, 1995.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GOFFRAWL, J. **Uma teoria da justiça**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GOFFREDO, V. L. F. S. Educação: Direito de Todos os Brasileiros. *In*: **Salto para o futuro: Educação Especial: Tendências atuais/** Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação, SEED, 1999.

GOMES, J. B. B. **Ação afirmativa e princípio da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MUNANGA, K. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. *In*: **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília, 2003.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos** (2004). Disponível em: [www.culturabrasil.pro.br/direitos\\_humanos.htm](http://www.culturabrasil.pro.br/direitos_humanos.htm). Acesso em: 20 abr. 2022.

PRETI, O. **Bases Epistemológicas e Teorias em Construção na Educação a Distância**. Disponível em: <[http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos\\_site\\_uab/bases\\_epistemologicas.pdf](http://www.uab.ufmt.br/uab/images/artigos_site_uab/bases_epistemologicas.pdf)>. Acesso em: 03 jun. 2022.

RAWL, J. **Uma teoria da justiça**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

SÁ, *et al.* **Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Visual.** Brasília: Gráfica e Editora Cronos, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee\\_dv.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_dv.pdf). Acesso em: 01 jun. 2022.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOTTI, P. A. Igualdade de chances entre grupos como critério de equidade em educação. *In: Anais do Congresso Brasileiro de Sociologia*, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2007.

SOUZA, C. R. S. Um estudo sobre práticas avaliativas direcionadas aos estudantes com deficiência no ensino superior: a meta-avaliação como processo. 2019.164f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SOUZA, K. S. M. Aprendizagem docente e a inclusão de cotistas b em novos contextos na Universidade. 2013. 258f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.